



REQUERIMENTO Nº _____, DE 2014

Solicita a realização de audiência Pública para debater o controle de catástrofes e serviços de urgência e emergência durante o Mundial de Futebol 2014 (copa do mundo).

Senhor Presidente,

Nos termos dos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública sob o tema "**PREVENÇÃO DE SINISTROS, CONTROLE DE CATÁSTROFES E SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DURANTE O CAMPEONATO MUNDIAL DE FUTEBOL 2014 (COPA DO MUNDO)**", em data a ser agendada com presteza, visando tornar viável a reunião – uma vez que o aludido campeonato iniciará as competições em junho de 2014 –, as seguintes autoridades ou seus representantes: (1) Secretaria Extraordinária para Grandes Eventos, no âmbito do Ministério da Justiça; (2) Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC, no âmbito do Ministério da Integração Nacional; (3) Ministério dos Esportes e (4) e Centro Integrado de Comando e Controle do Município do Rio de Janeiro.

JUSTIFICATIVA

A audiência pública pretende colher informações sobre os planos e procedimentos a serem adotados para a prevenção de sinistros, controle de catástrofes e serviços de urgência e emergência durante a realização do campeonato mundial de futebol 2014 (Copa do Mundo).



Espera-se obter dados sobre o aludido plano, verificando se ele cumpre o objetivo de preparar e organizar os meios existentes e criados para a Copa, visando garantir a salvaguarda dos indivíduos que estejam prestigiando o grande evento. Afinal, uma das condições essenciais para garantir a eficácia de um Plano de Emergência e Controle é o seu correto planejamento e atualização.

Ou seja, se busca colher informações sobre a proteção das populações e da infraestrutura das cidades sedes da Copa do Mundo. Debater as políticas públicas de controle adequadas às áreas suscetíveis a sinistros, catástrofes, urgência e emergências daquele grande evento. Afinal, no caso é necessário considerar as possibilidades (aléas) e não o rotineiro.

Trata-se de observar uma das funções precípua do Congresso Nacional: fiscalizar o planejamento e as ações do Poder Executivo acerca da adequação legal, eficiência administrativa e boa gestão administrativa.

Sala das Comissões, em _____ de 2014.

Deputado **Rogério Carvalho**
PT/SE